

OS SENTIDOS DA LÍNGUA NA CIDADE: IDEIAS E NOMES

THE SENSES OF LANGUAGE IN THE CITY: IDEAS AND NAMES

*Carolina Padilha Fedatto**

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo da significação da linguagem no espaço urbano através de uma análise histórico-enunciativa das mudanças nos nomes de três instituições de referência no espaço nacional brasileiro, são elas: Igreja de São Francisco (Salvador), Colégio Culto à Ciência (Campinas) e Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Através da enunciação de uma trajetória de seus nomes na história urbana nacional, discutirei o funcionamento da designação na relação com a construção do objeto nomeado.

PALAVRAS-CHAVE: nomes de rua, designação, enunciação, saber urbano e linguagem.

ABSTRACT: This article is a study of the signification of language in the urban space through a historical-enunciative analysis of alterations in the names of three important institutions in the national space of Brazil: the Church of São Francisco in Salvador, the Culto à Ciência School in Campinas, and National Library in Rio de Janeiro. By tracing the trajectory of these names in national urban history, I shall discuss the function of designation in relation to the construction of the designated object.

KEYWORDS: street names, designation, enunciation, urban knowledge and language.

* Doutoranda em Linguística pela Unicamp – DL/IEL/Unicamp. carolinafedatto@yahoo.com.br

“As ruas pensam, têm idéias, filosofia e religião.”

João do Rio, *A alma encantadora das ruas*

INTRODUÇÃO: A MEMÓRIA DO ARQUIVO

Tendo como questão analítica os sentidos que os nomes de ruas e prédios projetam na cidade, farei um estudo¹ da designação na história de algumas instituições de *referência* para o espaço citadino brasileiro. Ser referência é, no seu sentido mais comum, ocupar um lugar de destaque, de importância e notoriedade, lugar sempre construído historicamente. Assim considerando, proponho refletir sobre o processo de designação de algumas construções urbanas e o modo como seus nomes projetam sentidos no espaço fazendo com que seus prédios e ruas sejam pontos de referência espaciais e também simbólicos para a localização dos sujeitos na cidade. Esse estudo se interessa, portanto, pelo modo de constituição dessa presença localizada e nomeada que distribui lugares (sentidos) de cidadãos.

Por outro lado, discutirei também a questão da referência enquanto conceito nos estudos da linguagem. Para os lógicos referencialistas, que caracterizam o significado como sendo o valor de verdade das expressões linguísticas, a linguagem refere diretamente os fatos do mundo e, muitas vezes, os termos *designar*, *referir* e *denotar* são usados sem distinção, como

¹ Este artigo é fruto de um trabalho de qualificação na área de Semântica, realizado sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Guimarães. Registro meu agradecimento pelas atentas e preciosas sugestões da banca supervisora.

sinônimos. Já conforme as posições materialistas, a referência é um *processo* que só é possível porque a linguagem é simbólica e, nessa medida, permite que os referentes sejam *significados*. Isto quer dizer que a relação entre a linguagem e o mundo não é direta, mas simbólica.

Buscando teorizar a respeito dessa polissemia da referência nos estudos da linguagem, Guimarães (2005: 91) formula o conceito de designação. O autor diz que “designar é construir significação como uma apreensão do real, que significa na linguagem na medida em que o dizer identifica esse real para os sujeitos”. Vemos que ele introduz na discussão a relação com os sujeitos de linguagem. Não que o sujeito seja centrado e se aproprie da linguagem para enunciar, como teoriza Benveniste. Para Guimarães, o sujeito também é uma questão linguística. Ao definir a enunciação como uma prática política que se dá na língua em funcionamento (2005: 22), considera-se que os falantes são tomados por agenciamentos enunciativos configurados politicamente.

Dessa forma, no que diz respeito ao funcionamento enunciativo da referência, considera-se que, como o real é construído materialmente pela história, os nomes só *identificam* os objetos em virtude de significá-los e a referência, isto é, o gesto de referir, só pode particularizar algo na e pela enunciação. Ou seja, é atravessada pelo simbólico, palavra com palavra, redizendo o dito, apontando outros dizeres na história que a relação com o mundo se dá. É também importante lembrar que o mundo não se reduz à linguagem, mas só tem realidade e existência histórica na medida em que é significado nas relações simbólicas. Quando tomamos a nomeação de construções urbanas como lugar de reflexão, podemos dizer que a produção de uma referência no espaço tem a ver com a simbolização desse espaço: o modo como o presente da enunciação projeta os sentidos de um nome em outros, identificando esse espaço e recortando um passado como memorável.

Considero, assim, importante trabalhar as noções de 1) *nomeação*, definida como o acontecimento enunciativo de atribuição de um nome na história e de 2) *designação*, entendida como a significação linguístico-histórica desse nome. O nome funciona por uma relação constitutiva com sua história de enunciações. Dela fazem parte o gesto de nomeação na cena enunciativa que o configurou e também o sentido que ele estabelece com outros nomes e com outros elementos linguísticos aos quais se liga por reescritura e/ou articulação no acontecimento enunciativo. A designação de logradouros é um campo fecundo para a reflexão linguística na medida

em que aponta questões no que diz respeito a uma tomada de posição frente à relação entre a língua(gem) e sua exterioridade. Daí podermos questionar como as formas da língua convocadas na enunciação dos nomes de rua se relacionam com as condições históricas que as produziram.

Bosredon propõe a noção de *sinalética* para explicar a construção das denominações complexas das vias de comunicação: “uma atividade de nomeação de objetos únicos submetida a restrições pragmáticas locais” (1999: 8). Seu interesse é dar acesso aos princípios semântico-sintáticos que regulam a construção dos odônimos. Analisando os nomes de rua em Paris, o autor descreve os odônimos urbanos como formados por um primeiro nome classificador (avenida, rua, praça, travessa, alameda, etc.) e por um segundo nome individualizador. A série dos elementos nominais classificadores não segue uma lógica taxonômica uniforme, ela é fruto do acúmulo de certas categorizações ao longo das épocas. Em relação ao segundo nome individualizador, pode-se notar uma diversidade nos traços de caracterização, como: contingência, duração, séries temáticas, comemoração de lugares, datas e personagens históricos ou virtuosos.

É importante salientar que o que forma o nome da via é o conjunto entre o elemento categorial e o caracterizador. Bosredon avança na descrição dizendo que a relação entre os dois formantes obedece a critérios ora sintáticos ora extralinguísticos. No primeiro caso, tem-se uma construção sintática com *junção por preposição ou adjetivo* observada quando o segundo elemento é um nome de lugar (exemplo: *rue de Rennes*). No segundo caso, temos uma construção paratática que se projeta na cadeia linguística através de uma *justaposição* direta, isso acontece quando o segundo elemento é um nome próprio simples ou complexo (exemplo: *rue Descartes*).

Do ponto de vista semântico, o autor afirma que o ato de nomeação das ruas, dado por um batismo comunitário ou institucional, responde às vicissitudes da história². Por isso, além de identificar as ruas enquanto objetos únicos permitindo a divisão da cidade e a localização dos habitantes, os nomes estabelecem uma memória coletiva construída popular ou oficialmente numa relação com o local e/ou com o nacional. A diferença entre os mecanismos sintático-semânticos de *rue de Rennes* e *rue Descartes*

² Assinalemos que esse sentido de acaso dado à história é diferente do modo como as teorias linguísticas vinculadas ao materialismo histórico trabalham o estatuto da história enquanto contradição: é porque é histórico que muda, é porque é histórico que permanece. A história não é acaso, é determinação.

assinala, segundo Bosredon, uma passagem interessante. De uma sinalética que conserva um valor referencial locativo, os nomes de rua passam a ser formados através de uma junção mais abstrata, não motivada, entre os formantes. Isso significa que a preposição indicaria, em sua origem, uma relação entre a rua e o topônimo que a designa e que a ausência dela marcaria a predominância da função diferenciadora característica da relação denominativa. Tomemos dois exemplos para discutir essa questão:

- a. “Nunca morei numa rua chamada Vidro” e “Nunca passei por uma rua chamada Tesoura” (BONVICINO, 1999: 35 e 36).

Rua Vidro e Rua Tesoura parecem não ser nomeações atestadas em Português. Os substantivos comuns geralmente aparecem como nomes de rua numa junção preposicionada, por exemplo: Rua da Oração (em Salvador), Rua do Colégio (antigo nome da Rua Culto à Ciência, em Campinas), Rua da Tesoura (antigo nome da Rua Eliseu César, em João Pessoa), Rua do Vidro (em Santa Bárbara d'Oeste). Isso pode reforçar a interpretação assumida por Bosredon de que a formação de nomes de rua através de uma construção paratática talvez esteja fundamentada no sistema honorífico (pela evocação de um nome de pessoa) enquanto a construção hipotática presumiria uma ligação motivada, de alguma forma, entre o epíteto e a rua (a Rua da Oração indica que em algum momento ali se rezava, a Rua do Colégio evoca a instituição de ensino ali localizada, etc.). Mas no caso de Avenida Central, que analisaremos mais adiante, temos uma parataxe que não se fundamenta no sistema de homenagem pelo nome próprio de pessoa, mas sim pela enunciação de uma centralidade (ao mesmo tempo física e social) para a então capital brasileira, o Rio de Janeiro.

Esses fatos nos levam a questionar a divisão entre o sistema da homenagem (e, portanto, não-relação entre o espaço e seu nome) e motivação semântica (com explicitação de um motivo referencial para o nome atribuído à rua). Diremos que não há passagem de uma sinalética referencial para uma mais abstrata. O que há é um efeito de referencialidade maior ou menor. Esse efeito é produzido pela rememoração, na formação do nome, de um elemento que pode em algum momento estar ligado à história da via pública, ou relacionado indiretamente através da história do bairro, da cidade, do país, ou pode, ainda, estabelecer um presente conjunto para as vias de uma localidade. Neste último caso, podemos citar a rememoração de cidades do interior de São Paulo no bairro paulistano Jardim Paulista, ou

as quadras cujos nomes são formados por letras e números no plano-piloto de Brasília.

A produção de um efeito de referencialidade é percebida quando nos damos conta de que, por um lado, podemos encontrar um nome honorífico que é também ligado à presença física do homenageado naquela via: a Rua Victor Meirelles, em Florianópolis, é também a rua onde fica o museu homônimo que, por sua vez, ocupa a casa onde o pintor nasceu. Por outro lado, a rememoração de um fato ou elemento na via pública é sempre uma seleção entre outros fatos e elementos da história daquela via. Do ponto de vista de uma semântica materialista, portanto, a relação entre o nome e a referência será sempre simbólica, sempre constituída em e exposta à interpretação. Isso se opõe à ideia de que a motivação está dada *a priori*, que o mundo está lá e a linguagem é apenas uma etiquetagem; pelo contrário: o mundo existe e a linguagem o recorta, o significa de determinadas formas e não de outras. Vejamos:

- b. “Vista Alegre é rua morta/ A Formosa é feia e brava/ A Rua Direita é torta/ A do Sabão não se lava...” (JOÃO DO RIO, 1997: 77).

Podemos questionar essa “motivação” semântica compreendendo-a enquanto uma necessidade imaginária do sujeito de linguagem. Falar em motivação semântica é uma forma de apagar o trabalho da história ao recortar/significar os referentes. Guimarães (2005), quando analisa o nome *Cosmópolis*, por exemplo, mostra que o modo (inscrito no nome) de contar a história da imigração na cidade apaga o fato de que os imigrantes eram trabalhadores da usina. Não porque a cidade tenha se aberto ao mundo (cosmos), mas porque, em um dado momento, ela precisou de trabalhadores e essa mão-de-obra que a formou era constituída por imigrantes de origem estrangeira. Haveria, portanto, diferentes maneiras de recortar a história da cidade, diferentes “motivações” possíveis.

Neste mesmo trabalho, Guimarães (2005) analisa os nomes de rua buscando questionar as posições que consideram a relação entre a linguagem e o mundo como sendo informacional. De um lado, o autor afirma que a presença dos nomes de rua na cidade se dá pela “estabilidade cotidiana do endereço”. Tomando o mapa da cidade como um texto que distribui esses nomes por espaços constituídos linguístico-historicamente, o autor analisa o memorável na estrutura morfossintática e no funcionamento semântico-enunciativo do acontecimento dos nomes de rua no mapa da cidade de Cosmópolis.

Com relação ao espaço enunciativo, o autor diz que há uma forte ligação com a língua oficial do Estado. É em língua portuguesa que se enunciam grande parte dos nomes de rua da cidade em análise; essa língua divide o espaço, legitimando-se como unívoca, ou seja, como estabelecendo politicamente uma convivência desigual com outras línguas faladas no espaço enunciativo nacional. Por outro lado, de modo mais geral, saindo da análise de Cosmópolis, podemos perguntar sobre a relação da língua oficial com outras línguas nos nomes de rua e de espaços públicos, quando são utilizados nomes indígenas (Avenida do Ipiranga, Rua Guaíra) ou línguas de imigração (Bierplatz, em Blumenau). Parece que há uma incorporação da língua outra na língua nacional, produzindo um deslize, uma quebra na língua oficial de diferentes modos; no caso da língua indígena, essa incorporação está ligada à transcrição para a escrita do português; no caso do alemão, mesmo o nome categorizador do espaço público (praça) é substituído pelo alemão *platz*.

A relação entre a nomeação e o objeto nomeado tem sua materialidade histórica específica: o espaço político-administrativo que recorta um passado e nomeia a partir de memoráveis como pessoas, datas e lugares; formula-se, assim, a necessidade administrativa de produzir endereços (e passados) que localizem os cidadãos. A pergunta que se coloca a partir disso é o que é que se recorta como memorável nos nomes de rua? Guimarães destaca alguns elementos importantes advindos das análises de seu *corpus*, como, por exemplo, a nacionalidade, a origem, o poder, o heroísmo: enunciações e temporalidades distintas que convivem no presente do acontecimento da enunciação do mapa e produzem um efeito de homogeneidade, de controle, próprios ao funcionamento administrativo.

Seguindo as reflexões abertas por esses trabalhos, analisarei a história de saberes que vão se produzindo no espaço urbano através da inauguração e nomeação de prédios e ruas que são referência no imaginário nacional. A constituição de uma memória nacional urbana será trabalhada na tensão entre a necessidade cotidiana de localização na cidade e uma injunção política/institucional que projeta saberes e desígnios no espaço público.

1. A PERMANÊNCIA DO NOME DA IGREJA

O objeto desta primeira análise são dois nomes de estabelecimentos religiosos postos lado a lado na cidade de Salvador. Essas instituições partilham o pertencimento à ordem dos franciscanos. Buscarei mostrar como esse pertencimento se marca em seus nomes, identificando a rua pelos

habitantes e fazendo parte do chamado “Centro Histórico”. Espaço que, por sua vez, rememora a fundação da cidade e a história de colonização do país, na qual tiveram papel fundamental a Igreja (e a ordem dos franciscanos) e o Estado. Para isso, trago como material de análise uma crônica histórica sobre os franciscanos, publicada em Portugal no ano de 1761 e um livro administrativo do convento da ordem em questão, que relata as realizações dos responsáveis pela instituição no período de 1587 a 1862.

Numa mesma rua, lado a lado, de frente para uma mesma praça, duas igrejas compõem o cenário urbano do Centro Histórico da cidade de Salvador. A Igreja e Convento de São Francisco e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, em sua forma atual, foram inauguradas no século XVII e XVIII, respectivamente. Vizinhas que disputam o ato de dizer o nome do espaço que ocupam, elas consolidam/inauguram uma relação dos franciscanos com o Brasil num imaginário iniciado já na chegada dos portugueses, com a celebração da primeira missa por um frade franciscano.

No livro *Novo orbe seráfico brasílico ou Crônica dos frades menores da Província do Brasil*³, o historiador Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão (1858) escreve a história do Brasil pela ótica das ordens de São Francisco instaladas na colônia. Defendendo a tese de que o Brasil teve dois descobrimentos: um espiritual (pelos frades menores⁴) e outro material e político (por Pedro Álvares Cabral) (1858: 2), o texto enuncia a forte ligação entre a Igreja e o Estado no processo de colonização do território brasileiro. No que diz respeito à distribuição dos lugares enunciativos no acontecimento desse dizer, temos um locutor-religioso que legitima (abençoa) o dizer do Estado quanto ao descobrimento da terra. O título do livro produz um efeito de equivalência entre dois sintagmas nominais através da conjunção alternativa *ou*. Essa correspondência enuncia um acréscimo entre os sentidos de: *Novo orbe* e *Crônica, seráfico e dos frades menores, brasílico e da Província do Brasil*. Na relação com *orbe, crônica* é predicada por um sentido totalizante, abrangente (uma metáfora da Terra) e também pela determinação *novo*. Pode-se interpretar a primeira parte do enunciado

³ Impresso em Lisboa no ano de 1761 e reimpresso no Brasil pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1858.

⁴ “Entre todas as ordens religiosas, os primeiros que não só descobriram e pisarão a terra do Brasil e novo mundo, mas também os que a santificaram, primeiro de todos, [...] eles os primeiros, que semearam nela e plantaram a semente da pregação evangélica, os primeiros que edificaram nela os templos de Deus; e os primeiros, que a regaram com o seu sangue, como mais largamente em seu lugar se dirá.” (JABOATÃO, 1858, v. 1: 8)

do título como “novo território ou campo de atuação da Igreja (Católica lusitana) no Brasil”⁵. A equivalência que a sentença alternativa produz se dá, portanto, entre uma formulação que descreve um novo território ocupado pela Igreja/um novo campo de atuação e uma formulação que nos diz qual Igreja é esta: a dos Frades Menores da Província do Brasil.

Esse texto é determinado por uma autoria religiosa particular (os frades menores adjetivados como seráficos) e pela especificação do objeto do qual se fala: o Brasil enquanto Província de Portugal. Essas equivalências e determinações acrescentam predicados positivos e grandiosos ao locutor-religioso que, como veremos, serão projetados sobre os nomes das Igrejas que pertencem à ordem religiosa em questão, ecoando na maneira como estes significam/são significados na cidade de Salvador. Presenças que marcam a intensa participação dessa instituição no processo de colonização do Brasil. Sabemos que missionários católicos – sobretudo os jesuítas e os franciscanos (com suas várias denominações: observantes, conventuais, capuchinhos) – desenvolveram um trabalho catequizador consistente e ininterrupto durante todo o período colonial, principalmente nas regiões de fronteira e próximo aos núcleos urbanos iniciais (cf. JABOATÃO, 1858). As ordens franciscanas tiveram uma importante participação no projeto colonial oficial, em específico no que diz respeito ao domínio dos povos indígenas: os capuchos eram engajados nas missões de catequização dos gentios e os irmãos terceiros estavam ao lado das tropas oficiais, matando e prendendo índios rebeldes (cf. CASIMIRO, 2000).

Nos arquivos do Convento e Igreja de São Francisco, encontra-se um documento conhecido como *Livro dos guardiães do Convento de São Francisco da Bahia*⁶, que expõe os feitos dos administradores do claustro de 1587 até 1862. Na página inicial, encontramos seu título primeiro:

Livro da Fundação deste Convento de Nosso Padre São Francisco da Cidade da Bahia e dos Prelados, que a governarão, antes de ser Província, e depois de separada da Província de Portugal.

⁵ Conforme o *Dicionário eletrônico Houaiss*, *orbe* significa: “5. Derivação: por extensão de sentido. Território a que pertence um povo; país, nação, terra. Ex.: os *orbes* lusófonos. 6. Derivação: por metáfora. Área em que se exerce ou se difunde determinada atividade; esfera, campo, setor. Ex.: a questão pertencia ao *orbe* da medicina.”

⁶ Publicado por Frei Fidelis Ott na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 69, 1943.

Podemos observar a circunscrição da nomeação que aí aparece: o *Convento de Nosso Padre São Francisco* é determinado pelo locativo *da Cidade da Bahia*. O nome do convento assim formulado inscreve na cidade a particularização desse convento como pertencendo a uma determinada ordem religiosa e como sendo próprio (e único) daquela cidade. Isso projeta a possibilidade de que em outras cidades existam outros convento de N. P. S. Francisco. A forma abreviada *Convento da Bahia*, encontrada muitas vezes na *Crônica* de Frei Jaboatão, confirma esse funcionamento. Continuando a leitura do *Livro dos guardiães*, veremos que a alternância entre a particularização e a abrangência produzidas pelo modo de designar o espaço é uma regularidade na relação dessa instituição religiosa com a cidade.

No anno de 1587 [...] mandou o Comissario e Custodio Fr. Melehior de Santa Catarina a *esta Cidade da Bahia* ao Irmão Frei Antônio da Ilha com outros Companheiros [...] os quais forão recebidos de todos [...] e principalmente do Senhor Bispo D. Antonio Barreiros e do governador geral D. Francisco de Souza. Havia já *nesta cidade da Bahia huma Igreja de N. P. S. Francisco* que hum Religiozo nosso Espanhol, passando *por aqui* fez edificar: e vindo o sobredito Fr. Antonio da Ilha com seus companheiros procurarão *sitio junto dela*, o qual era de hum Antonio Frz. da Ilha de Maré que nele tinha feito moradas de cazas, e lhe fora dado em dote por seu sogro Pedro de Siebra, a quem o Governador Geral Men de Sá o tinha dado por carta de cismaria. E por quanto os Officiaes da Camara tinham outra carta mais antiga do mesmo governador sobre o *dito sitio que nos querião dar*, houveram dúvidas entre elles. [...] A oito de Abril do sobredito anno se entregou aos Religiozos o *dito sitio*, e cazas, em que elles se recolherão e logo começarão a ajuntar pedra e madeira para a edificação *desta Caza*, que edificarão *neste sitio*, assim por razão da Igreja de N. P. S. Francisco que já estava feita, como da conveniência de agora, que naquelle tempo estava mais chegada, e depois se foi dilatando mais para adiante. (1943: 3, grifos meus)

Veremos que o relato de fundação do Convento dá pistas novamente da integração entre a Igreja e o Estado e do modo como o espaço brasileiro fica aí significado: como uma terra conquistada, colonizada e ocupada numa distribuição desigual do poder/dizer sobre o espaço. O encadeamento do texto funciona de modo a conferir objetividade aos acontecimentos narrados através do uso de formas verbais no passado, do preenchimento dos lugares sintáticos dos verbos por nomes próprios e da ênfase nas relações argumentativas que produzem um imaginário de causalidade. Vejamos como o espaço é significado nas reescrituras do lugar da Igreja:

*a esta cidade da Bahia
nesta cidade da Bahia
uma Igreja de N. P. S. Francisco
por aqui
sítio junto dela
nele
o dito sítio que nos queriam dar
se entregou aos religiosos o dito sítio
desta casa
este sítio*

Relações demonstrativas bem definidas, representadas por artigos, nomes e pronomes, significam a cidade e o terreno ocupados pela Igreja e Convento. O único momento em que se faz uso de pronome indefinido é para se referir à Igreja de N. P. S. Francisco, reafirmando que a igreja da qual se fala é uma entre várias igrejas também determinadas pelo adjunto *de São Francisco*. Num espaço bem delimitado é que a instituição religiosa especifica sua abrangência dita no batimento entre a delimitação do lugar e a particularização de uma de suas igrejas entre outras.

Ainda no ano de 1587, os religiosos se mudaram do Monte Calvário para o local onde hoje se encontram (um espaço, naquele momento, ainda não nomeado com clareza). Frei Jaboatão (1858) enumera duas possíveis causas para esse repentino deslocamento:

[a] pela desconveniência do gentio, que habitava aqueles arredores e inquietavam o lugar, e os padres com seus assaltos, largaram aquele sítio do Monte do Calvário, passando-se para onde agora estão (v. 1: 44)

[b] pela inconveniência de ficar fora dos muros ou cerca da cidade, e sujeitos às invasões contínuas do gentio que habitava por aqueles arredores [...]. (v. 1: 45)

Posicionando-se contra o primeiro argumento, Frei Jaboatão diz que:

[desde 1538] já não havia nos arredores e terrenos da cidade gentio bárbaro, e só alguns pelos interiores dos sertões, e seus recôncavos para onde saiu nesse mesmo ano o governador Mem de Sá a domá-los e fazer guerra a alguns que se haviam rebelado para as partes de Paraguaçu. (v. 1: 45)

Pergunta o autor a respeito dos índios selvagens: “E se nesse ano de 1538 os não havia já nos terrenos da cidade, nem vizinhos a ele, como os podia haver trinta anos depois em 1587?” (v. 1: 45)

Observe-se que ele não nega o perigo que os índios representavam, nem o fato de que habitar os arredores da cidade poderia ser arriscado. Sua contra-argumentação se faz pela constatação de uma impossibilidade lógica: se já não havia índios em 1538, não poderia haver trinta anos depois. Atrelado ao princípio da não-contradição (não é possível que haja e não haja índios ao mesmo tempo) e de identidade (se não há índios, não há índios), Frei Jaboatão se inscreve no imaginário da eficácia da perseguição aos índios: uma vez expulsos os gentios, o território poderia ser ocupado pelos portugueses. A concepção da posse da terra exerce aí um papel fundamental: o território ocupado (pelos portugueses) estava protegido, cercado, povoado, civilizado.

O segundo argumento, assumido como verdadeiro pelo locutor, continua não contestando a ameaça que os índios representavam nem a possibilidade de que eles ainda habitassem a vizinhança, fato que, de certo modo, invalida a contra-argumentação à primeira justificativa da mudança dos franciscanos. O interessante é que essa aparente contradição expõe o comprometimento do locutor-religioso com o dizer do Estado português. Não há como negar que os invasores eram os portugueses: são eles que se colocam na posição de forjar a posse da terra ocupando, urbanizando⁷, defendendo.

O fato de [b] ser tomado como argumento aceito pelo locutor mostra que as invasões dos gentios são enunciadas como um argumento secundário; o motivo principal da mudança dos religiosos é colocado como sendo a “inconveniência de ficar fora dos muros ou cerca da cidade”. Inconveniência que está atrelada à insegurança, mas que, certamente, se filia a outras enunciações. A continuidade da análise poderá trazer elementos importantes para compreendermos o funcionamento desse acontecimento na cidade. Antes de seguir, ainda uma palavra sobre esse jogo argumentativo. Podemos observar aí duas matrizes de significação sobre o lugar do outro. Independentemente de serem documentadas ou apenas narradas, atestadas ou fictícias, interessa refletir sobre a força

⁷ Isso não significa uma relação direta com características tidas como eminentemente urbanas. Gabriel Soares de Sousa, em seu *Tratado descritivo do Brasil* de 1587, descreve as casas existentes entre o Convento dos franciscanos e a Praça do Palácio do Governo como tendo características rurais: quintais povoados de palmeiras carregadas de cocos e outras de tâmaras, de laranjeiras, figueiras, romeiras e parreiras. Mesmo as áreas centrais da cidade não eram calçadas e a iluminação era restrita, feita com óleo de baleia. (p. 122)

dessas enunciações enquanto argumentos que permanecem e significam, deslocados, os discursos urbanos atuais. Essas duas linhas argumentativas inauguram um modo de dizer a cidade de forma a significar a proximidade do outro (do indígena, do escravo, do pobre...) como uma ameaça e o estar fora dos muros da cidade (o estar longe do centro, o estar na periferia, o estar no campo) como algo indesejável. Ao justificar sua localização na cidade, a Igreja traz como consequência a enunciação de que o outro deve estar sempre afastado, de fora e que a Igreja deve estar no centro.

Para compreender os enunciados que sustentam a inconveniência de estar fora dos muros da cidade, trago uma petição apresentada em 1592 ao governador pelos religiosos do Convento com o propósito de fazer a porta principal da Igreja voltar-se para o Terreiro de Jesus.

Diz Christovão de Barros, Syndico do Mosteiro de S. Francisco desta cidade da Bahya, que os annos passados de oitenta e oito, sendo elle supplicante e o Senhor Bispo, Governadores deste Estado do Brasil, juntamente com os officiaes da camera que entãõ eraõ, foraõ ver *huã Rua, que vay ao longo do dito Mosteiro de S. Francisco para a casa de Martim Affonso Moreira*, e estando todos presentes, e alguã Gente do Povo, *disseraõ os Padres que se parecesse bem darem-lhe aquella Rua, edificariaõ o Mosteiro de maneyra que a porta travessa da Igreja ficasse na frontaria principal, que vem dar no terreiro de Jesus*, doutra maneyra que forcozamente aviaõ de afastar-se com a obra de traz, e além de ficarem muito grandes entulhos, *naõ ficava ennobrecendo tanto a cidade*, e que elles dariaõ outra Rua pelos chaõs que se compraraõ para a dita casa, saõ ao longo da casa de Vicente Roiz Pedreyro, que fosse sahir junto da porta do dito Martim Affonso Moreyra; o que visto por todos ser couza, e ficar o dito convento *authorizando mais a cidade*, assentaraõ os dittos officiaes que a ditte Rua do conselho se mudasse, e que os Padres se taxassem com o canto da casa de Martim Affonso, porque lhe daraõ a Rua toda assim como corre junto de seo quintal athe o canto da ditte casa, sobre o qual assento os dittos Padres edificaraõ onde hora está, e se compraraõ assim as casas do contador como as do outro canto mais a bayxo, por ficarem, o que puderaõ escuzar-se se afastaraõ para traz com a obra; e porque do sobredito assento se naõ fez auto por parecer desnecessario [...] (JABOATÃO, 1858, v. 1: 49, grifos meus)

As justificativas apresentadas para essa mudança têm como memorável os motivos não diretamente enunciados no dizer da inconveniência de estar fora dos muros da cidade. Vejamos. A argumentação para que a porta travessa fique na frontaria principal orienta para o “enobrecimento da cidade”. Mais à frente, o documento diz que o Convento assim localizado “autoriza mais a

cidade”. A possibilidade de argumentar dessa forma, aliando a visibilidade da igreja com o enobrecimento e a autorização da cidade, contém a enunciação da legitimação mútua entre a Igreja e o Estado. Podemos dizer que a dupla religião-governo distribui a cena enunciativa de permanência do nome da Igreja: a ordem franciscana impõe seu memorável católico/colonizador/salvador através do atributo *de São Francisco* (carregado de propriedades positivas) e as autoridades políticas garantem as condições administrativas e financeiras para a estabilização desse nome (e seus sentidos) na cidade através da centralidade e visibilidade da Igreja.

Em 1635 é fundada a Venerável Ordem Terceira Secular de São Francisco da Bahia, destinada a leigos que desejam seguir as regras franciscanas. A igreja dos terceiros instala-se na mesma rua, anexa à dos frades menores. Ligadas pela determinação *de São Francisco* e contíguas espacialmente, a relação entre a Igreja da Ordem Terceira – formada por membros da elite colonial – e o Convento e Igreja – compostos por religiosos franciscanos – produz uma convivência entre diferentes formas de dizer o mesmo, reafirmando os sentidos de dominação, salvação, poder ao nomearem-se no espaço da cidade. Na *Crônica* de Frei Jaboatão, temos uma descrição interessante da localização das igrejas mostrando uma forte relação entre os espaços daquela cidade:

Fica hoje a nossa Igreja com o frontispício para a *Rua que vai dar ao dito colégio* [dos jesuítas], pela qual, andados cento e oitenta passos, se sabe ao canto do seu terreiro [Terreiro de Jesus], que busca a mão direita para São Domingos, e as portas principais destas duas Igrejas, Colégio, e nossa correspondentes, sendo que na sua primeira fundação ficava a porta principal da nossa para o nascente e *Rua que vai hoje para os Terceiros*, e a porta travessa para a *Rua que vem do colégio*, e fazia naqueles tempos as vezes de principal. (JABOATÃO, 1858, v. 1: 48-49, grifos meus)

As formas linguísticas convocadas para identificar as ruas têm um funcionamento narrativo-descritivo e não denominativo. As ruas referidas não são nomeadas como *Rua do Colégio* ou *Rua dos Terceiros*, por exemplo. Grafada com maiúscula, a palavra *Rua* anuncia a possibilidade de identificação nominal para esse espaço, mas a sequência traz uma oração relativa restritiva que não deixa de identificar aquela rua no conjunto das outras, mas o faz elegendo pontos de referência que serão narrados conforme sua localização relativa à Igreja. Esse modo de dizer o nome das ruas se projeta para as nomeações atuais, em que o nome da ordem

religiosa (estabelecido como referência) também nomeia a igreja que, por sua vez, nomeia a rua. Oficialmente, o trecho da rua que passa em frente à Igreja de São Francisco recebe o nome de *Rua São Francisco* e o trecho da rua que passa em frente à Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, chama-se *Rua da Ordem Terceira*. No primeiro caso, a identificação da rua é uma projeção direta do nome do santo que também nomeia a igreja e a ordem à qual ela pertence. No segundo, é a própria ordem religiosa, que se caracteriza por ser terceira, isto é, submetida aos irmãos primeiros, que estabelece uma relação mediada pela proposição *de* com a rua em que se localiza sua igreja. É interessante pontuar que, fisicamente, essas duas ruas são contínuas uma à outra; ao olharmos um mapa ou caminharmos por esse logradouro, por exemplo, poderíamos até dizer que se trata de uma única rua, mas elas são sempre designadas por dois nomes diferentes, portanto, são identificadas como dois objetos diferentes no mundo. Ou seja, o mundo empírico não significa por si só, a linguagem é fundamental na demarcação das fronteiras de sentido. Esse limite se mantém na enunciação oficial e também nas variações populares no nome dessa rua (num trecho ela é conhecida como Rua São Francisco, Rua da Igreja de São Francisco ou Rua do Cruzeiro de São Francisco e noutro, como Rua da Ordem Terceira de São Francisco ou Rua dos Terceiros). A diferença entre elas não se confunde jamais. As variações convivem no cotidiano reafirmando o limite sempre determinado, explícita ou elipticamente, pelo sintagma *São Francisco*; essa determinação estabiliza a divisão da rua pela rememoração de uma hierarquia estabelecida em outro espaço nacional e que, portanto, conta em território brasileiro uma história de colonização através da transferência de instituições católicas. A presença das igrejas e a distribuição desigual dos nomes da rua atualizam essa enunciação na relação com seus diferentes fiéis e com os cidadãos de um Brasil em formação.

Atualmente, o conjunto arquitetônico formado por essas construções é muito procurado para visitação turística por sua opulência artística e arquitetônica. A Igreja e Convento de São Francisco e a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco são pontos de outras referências: apresentam para a rua fachadas esculpidas na pedra que levam a um interior estilo barroco com talha de madeira revestida em ouro. Essa arquitetura luxuosa destoava do propósito religioso dos franciscanos, guiado pelo voto de pobreza. Essas fachadas podem ser entendidas como reescrituras do nome *Igreja (da Ordem Terceira) de São Francisco*. Dessa forma, podemos dizer que a arquitetura das igrejas recorta os mesmos memoráveis de colonização que seus nomes,

mas enquadram diversas significações para o modo como a praça e a rua (enquanto espaços públicos) estão atravessadas pela denominação *Centro Histórico*. Esse nome leva, pela memória do dizer, a diferentes paráfrases. Explorando a dimensão sintática dessa nomeação, podemos parafrazeá-la como: Centro da História, Centro que conta a História, Centro que faz História. Seguindo seu domínio semântico, podemos ter: Centro Velho, Centro Antigo, Patrimônio. Entre essas quatro denominações há uma deriva que leva da construção da centralidade da cidade no momento da colonização, passa pela enunciação da historicidade/antiguidade desse espaço até ser considerado como um bem, uma herança do passado que deve ser preservada. As relações entre esses nomes são sempre tensas, principalmente quando perguntamos pelo modo como determinam os habitantes da cidade: quem é contado nessa história? o que é/foi preservado? para quem? O estudo da nomeação das Igrejas de São Francisco e da Ordem Terceira nos mostra que a preservação do nome das igrejas projeta a história de suas enunciações num espaço público marcado por elas, mas que jamais permaneceu o mesmo.

2. POSITIVISMO NA CIDADE

Para a análise do nome *Culto à Ciência* faremos um percurso pelos sentidos postos em circulação a partir de dois documentos. Primeiramente, tomaremos a publicação *Memórias da Associação 'Culto à Ciência'* (1859), de autoria da própria Associação, onde se formula a sustentação político-filosófica do projeto do colégio. Em seguida, analisaremos um texto divulgado no *Almanaque de Campinas* do ano de 1878, anunciando a intenção de construir um colégio que se colocará, no momento da inauguração em 1874, numa relação determinada com o espaço da cidade.

A associação se transforma em colégio, que, por sua vez, se transforma em escola. Analisaremos, nessas passagens, a reação da sociedade às mudanças de nome da instituição em uma matéria jornalística publicada em 1972 e as renomeações da rua em função da presença do colégio, a partir do livro *Culto à Ciência – cento e treze anos a serviço da cultura*, de C. M. Affonso e M. N. Pinto (1986). Esses documentos sustentam a possibilidade de compreendermos os sentidos colocados em cena pela história dos gestos de nomeação dessa instituição escolar. A questão é explicitar o funcionamento das cenas enunciativas e das relações de articulação e reescrituração que dão sentido à circulação quotidiana do nome *Culto à Ciência* na cidade.

A segunda metade do século XIX no Brasil é marcada por um entusiasmo progressista que culminará no movimento republicano. Sabemos da influência, sobretudo, do positivismo na constituição dessas ideias: o pensamento de Auguste Comte ecoa no dizer brasileiro instituindo uma forma empiricista de se definir a ciência. Interessante é notar como esse modo de pensar a ciência se alarga e projeta um modo de pensar a sociedade como um todo.

O dizer da Associação Culto à Ciência sobre si mesma traz as marcas desse ufanismo. Um ufanismo que está aí para determinar o projeto nacional brasileiro. A primeira publicação da Associação diz: “*entusiasta e ardente pela causa da ciência, ela trabalha para despir as vestes poeirentas da ignorância e ornar-se com as galas da verdade*” (MEMÓRIAS..., 1859, grifos meus). Esse enunciado define o modo como a Associação se apresenta. Os dois adjetivos coordenados pela conjunção *e* não só caracterizam a posição da Associação, eles reescrevem seu nome, estão neste lugar, conferindo-lhe novos sentidos.

Esse deslize sintagmático constrói os sentidos da instituição: é pelo redizer de si mesma que ela recorta seus sítios de significância, delimitando um espaço para sua existência enquanto um acontecimento grandioso que no dia mesmo de sua fundação já inaugura um periódico para registrar suas “Memórias”. No enunciado destacado acima, a ciência é dita como uma causa (e um fim) e a produção do conhecimento se faz por uma sinonímia entre ciência e verdade, opondo-se à ignorância. O encadeamento do texto direciona uma série enunciativa que constrói o sentido da própria Associação, em cuja descrição incluem-se seus objetivos, bem como o modo como foi criada, por quem, em que conjuntura social, as convicções que a movem, etc. O funcionamento dessas sobreposições pode ser analisado de maneira mais específica num recorte maior do texto de inauguração da Associação Culto à Ciência:

Entusiasta e ardente pela causa da ciência, ela trabalha para despir as vestes poeirentas da ignorância e ornar-se com as galas de verdade. Assim, muitas associações científicas se têm formado nesta cidade, e não pequenos auxílios já têm prestado à causa das letras, lançando dessa maneira um brado de indignação contra o indiferentismo da atualidade, e o império do materialismo que reina garboso em nosso país.

Entre elas uma se apresenta que batalhando na mesma arena, pelejando pela mesma causa, inscreveu em seu estandarte um nome, que exprime seu fim e seus desejos – *Culto à Ciência*. –

Filha da convicção íntima da *necessidade do cultivo das letras e do desenvolvimento intelectual em seu país*, ela deu começo as suas lides científicas no dia 11 de agosto de 1857.

Fundaram-na alguns jovens em cujo peito ardia *o sacro amor da ciência*, e de então não medindo a altura dos *obstáculos* que se levantaram em seu passar, não contando o número dos *sacrifícios*, eles não têm poupado *esforços* para o conseguimento de seu *fim*. [...] (grifos meus)

Esses três parágrafos destacados se caracterizam como uma reescritura por expansão do título, o sintagma adjetivo *entusiasta e ardente pela causa da ciência* está articulado ao pronome pessoal *ela* e, nessa medida, predica a *associação culto à ciência* de modo a produzir uma narrativa da história da Associação e colocá-la em relação de hiponímia com “muitas associações científicas [que] se têm formado nesta cidade”, entre outras relações de sentido que ora a inscrevem em um conjunto de associações científicas (“à causa das letras”, “contra o indiferentismo da atualidade, e o império do materialismo”), ora a especificam (“batalhando na mesma *arena*, pelejando pela mesma *causa*, inscreveu em seu estandarte *um nome*, que exprime seu fim e seus desejos – *Culto à Ciência*”).

A série ‘obstáculos, sacrifícios, esforços e fim’ estabelece um imaginário de equivalência que em cada formulação se filia a diferentes enunciações: *obstáculo* traz o sentido de impedimento, de entrave, de algo que barra, obstrui fisicamente; *sacrifício* transporta o discurso religioso para esse dizer, é a privação, o sofrimento, a renúncia em favor de uma causa; *esforços* convoca sentidos de mobilização, força, vigor para vencer uma dificuldade, para alcançar um determinado fim. Também a relação entre “culto [à ciência]”, “cultivo [das letras]”, “sacro amor [da ciência]”, enquanto metáforas religiosas, produz um deslize da crença para a verdade científica: é a ciência que pode despir “as vestes poeirentas da ignorância” e “ornar-se com as galas da verdade”.

Essas paráfrases dão visibilidade ao fato de que o discurso de fundação da Associação Culto à Ciência se ancora numa memória científica significada pela religiosidade que, a partir das aspirações de um segmento social determinado, constrói um objetivo como se este fora comum, universal. Essa aparente unicidade se materializa através de “um nome” que designa o conjunto dos acontecimentos por meio de uma divisa *Culto à Ciência*.

Pois bem. Como nos informa o *Almanaque de Campinas* de 1878, a Associação Culto à Ciência desejava “a construção de um edifício, que

tendo acomodações especiais para funcionar um colégio, deverá oferecer capacidade para cem alunos internos”. Mais à frente, esse mesmo documento atesta que já “*está comprado* um vasto terreno nos *subúrbios* da cidade, *arborizado*, com um *vasto* pomar, *água abundante* e nas *melhores condições higiênicas* para nele *ser levantado* o edifício em que tem de funcionar o colégio. *Entrou-se* nos trabalhos preparatórios da construção” (1878: 18, grifos meus).

Do ponto de vista da forma enunciativa, destacamos as construções passivas (“*está comprado*”, “*ser levantado*”) e a indeterminação do sujeito (“*entrou-se* nos trabalhos preparatórios”). Duas formas de não dizer o sujeito das orações conferindo impessoalidade (generalidade?) e ao mesmo tempo certeza e veracidade à ação. No tocante à circulação desses dizeres iniciais sobre o colégio, notamos uma preocupação sanitarista e um discurso naturalista que valoriza os atributos vegetais do espaço escolhido.

Note-se também que, mesmo antes de sua construção, o colégio se relaciona de uma maneira específica com o todo da cidade: marcando seus limites, suas cercanias, seus entornos e enunciando centro e periferia como partes da cidade (“um vasto terreno nos *subúrbios*”⁸). Sabemos ainda do empenho de determinadas figuras públicas na execução da obra, conferindo um caráter personalista ao projeto. Diz o já referido *Almanaque* (1878: 87) que

graças aos esforços, perseverança e dedicação do Exm. Sr. Barão de Indaiatuba, que colocou-se espontaneamente à frente da administração das obras, chamando a si individualmente a responsabilidade, e ao mesmo tempo fornecendo por empréstimo gratuito avultadas somas à Associação, pode esta conseguir inaugurar o Colégio no dia 12 de janeiro de 1874.

A cena enunciativa do nome do Colégio deve ser compreendida através do dizer de onde sua enunciação partiu. O sintagma *culto à ciência* tem como memorável sua enunciação por Comte no interior do positivismo. Nesse gesto, fala um enunciador-universal, próprio do discurso científico, que coloca em cena a necessidade da verdade de seu dizer. O que está em jogo nessa cena é a verdade desse dizer sobre a ciência numa relação com outras enunciações/posições científicas.

⁸ Interessante lembrar que a área do Colégio é hoje parte do centro da cidade.

Quando a expressão *culto à ciência* é retomada para nomear a associação científica, o lugar do Locutor, esse *eu* que não sabe que fala numa cena enunciativa, é tomado por um enunciador-genérico que se sustenta no caráter performativo reiterado por meio de verbos e nomes enunciados no documento de inauguração: *trabalha, despir, ornar-se, brado, batalhando, cultivo, lides, fundaram-na, esforços*. Enuncia-se aí o *culto à ciência* como lema e motor de atitudes ligadas ao discurso positivista. Com a inauguração do Colégio, seu nome vem por decalque dessas outras cenas enunciativas, fazendo falar um enunciador-genérico que dilui, de certa forma, o lugar social de onde parte o dizer de cultivar a ciência.

O desenrolar da história do Colégio vai confirmar a soberania de seu nome no imaginário social. Podemos dizer que ele ecoou, fez sentido. Depois de sua instituição em 1874, o nome foi alterado para *Ginásio de Campinas* em função da mudança de sua propriedade – que passa da Associação ao município depois ao Estado –, essa data coincide mais ou menos com o período da Proclamação da República. Em 1942, ocorre uma reforma no sistema de ensino: o secundário se divide em dois ciclos: o ginásial seguido, paralelamente, do científico ou do clássico; o Culto à Ciência é agora o *Colégio Estadual de Campinas*.

Com as comemorações dos cinquenta anos do estabelecimento, um grupo de campineiros faz campanha para o retorno do antigo nome. Vemos que o peso histórico do Colégio começa a se impor e o fato dessa rememoração conjunta (co-memorar) é, ao mesmo tempo, sintoma e horizonte disso. Apesar da reivindicação popular, o decreto do governador renomeia o colégio como *Colégio Estadual José Bonifácio* e somente após a explicitação dos motivos do pedido de alteração (que pretendia homenagear o “Culto à Ciência” que lá funcionara durante 18 anos) o decreto foi revogado, acompanhado das justificativas do governador:

que velhas e nobres tradições enriquecem a história de Campinas; que o povo culto campineiro sabe guardá-las e venerá-las com excepcional carinho ao lado das conquistas do progresso; que, através de representações ao Governo pelas suas classes sociais, tem manifestado o renovado desejo de que o Colégio Estadual daquela cidade tenha a denominação de “Culto à Ciência”, nome que possuía o antigo estabelecimento de ensino que ali existiu, fundado e mantido por particulares. (*apud* PUPO, 1972)

Já em 1975, passa-se uma grande polêmica em torno das reformulações que o poder estadual deseja realizar no sistema de ensino público. O Colégio,

que tradicionalmente oferecia o segundo ciclo do primeiro grau e os ciclos completos do segundo, será obrigado a “mutilar-se”, “desagregando a solidez da formação oferecida desde as séries iniciais”. A mobilização é tamanha que ocupa grandes páginas dos jornais da época e se institucionaliza como o “Movimento Pró Culto à Ciência”. A disputa, que reconhece a importância do nome, é pela manutenção de uma determinada forma de conceber a educação. Batalha perdida. O colégio é integrado à rede oficial de ensino do Estado de São Paulo com uma mudança fundamental: não é mais colégio, é “escola estadual de segundo grau”. Interessante é destacar que essa reapropriação do sintagma em “Movimento Pró *Culto à Ciência*” traz um funcionamento em bloco e ambíguo da expressão *culto à ciência* que tanto pode ser a metonímia de “colégio culto à ciência” ou metáfora de um certo modo de educação, que prevê uma continuidade do ensino, que o colégio representa e que o seu nome acaba por confirmar.

Os elementos que compõem a narrativa do colégio vão construindo um modo específico de a cidade se relacionar com sua territorialização. A construção do prédio significa o espaço de outra maneira: o lote que antes era uma chácara de dois hectares, propriedade particular do Tenente Antonio Rodrigues de Almeida, situada ao final da Rua Alegre e composta por elementos ditos rurais (o pomar, o bosque, o riacho, a amplitude, a distância em relação à cidade, etc.) recebe uma construção de planta retangular com tijolos aparentes em estilo clássico francês do século XVII, comportando dois pavimentos com vinte e três metros e meio de frente por dezessete de fundo (cf. AFFONSO; PINTO, 1986).

Essa história nos diz muito sobre o modo como o Brasil do final do século XIX inventou seu projeto nacional: através de um processo de urbanização visto como sobreposição ao campo, mas sempre sustentado pelas atividades rurais e pelos padrões estrangeiros de tradição e beleza. Podemos dizer que esse conjunto de filiações constrói um domínio de memória nacional, próprio, ressignificado por suas condições de produção em território brasileiro.

Vejam como essas condições são enunciadas pelas mudanças no nome da rua que passa em frente ao colégio. Antes da existência do prédio, quando lá havia chácaras e um espaço de prostituição, a rua era chamada Rua Alegre. A estrutura dessa nomeação é dada pela adjetivação: a rua é reconhecida pela característica da alegria; rua como? rua alegre. Com a intervenção material do colégio nesse espaço, é o colégio que ocupa o lugar de determinante: Rua do Colégio. Prosaicamente constitui-se um

foco, uma referência localizável. Podemos até pensar numa relação de pertencimento: rua de quê? rua do colégio. Interessante refletirmos sobre os sentidos (moralizantes) que o antigo nome da rua adquire nos relatos históricos da instituição: a motivação (*a posteriori*) do nome *rua alegre* foi a alegria dos estudantes que chegavam de bonde fazendo algazarra e não a provável alegria de uma zona de prostituição.

Hoje, num movimento de reformulação e acúmulo, a rua é Rua Culto à Ciência. O colégio está em jogo por seu próprio nome: forte, reivindicado, acolhido. A regência entre a rua e seu nome é direta, transitiva: rua o quê? rua culto à ciência. A rua é determinada pela expressão nominal, que poderíamos parafrasear como “rua que cultua a ciência”, deixando inscritas no corpo da cidade as tensas relações que a apropriação brasileira do positivismo coloca para o entendimento da ciência, do ensino e da própria urbanidade.

3. BIBLIOTECA ERRANTE

Na análise do nome *Biblioteca Nacional*, os diferentes nomes da instituição e a escolha do local que abrigará seu prédio definitivo são relacionados à arquitetura e ao nome da avenida para a qual deve voltar sua fachada principal. Dessa forma, procuro compreender a projeção dessa relação de sentidos no espaço da cidade/nação em construção. Os materiais analisados compõem-se pelo decreto de transferência da Real Biblioteca para o Brasil (1810), relatórios administrativos que reivindicam novas acomodações para o acervo (1897 e 1906), além de uma crônica de Lima Barreto (1915) que produz uma crítica sobre a construção do novo prédio e sua função social. Numa discussão mais específica a respeito da construção da nacionalidade e seus sentidos, pergunto como a mudança de nomes da Biblioteca vai construindo paradigmaticamente o lugar da nacionalidade nos diferentes regimes governamentais brasileiros.

O início do acervo da BN é a antiga livraria de D. José organizada para substituir a Livraria Real que foi consumida pelo incêndio que se seguiu ao terremoto em Lisboa no ano de 1755. Acrescida de coleções públicas e particulares, ainda em Portugal, a instituição voltou a se chamar Real Biblioteca e viajou para o Brasil dois anos após a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro em 1808. Por decreto⁹ de D. João VI em 1810, o acervo

⁹ Publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional* (1897: 223).

foi acomodado à Rua Direita ocupando o prédio do Hospital da Ordem Terceira do Carmo e alguns meses mais tarde foi transferido para um imóvel anexo onde funcionava o mausoléu dos religiosos. Analisemos a designação da biblioteca que se textualiza nesse decreto:

Decreto de 29 de outubro. Manuscripto authenticico. – Havendo ordenado, por Decreto de 27 de Junho do presente anno, que nas casas do Hospital da Ordem Terceira do Carmo, situado à minha Real Capella, se collocassem *a minha Real bibliotheca* e gabinete dos instrumentos de physica e mathematica, *vindos ultimamente de Lisboa*: e constando-me pelas ultimas averiguações a que mandei proceder, que o dito edificio não tem toda a luz necessaria, nem offerece os commodos indispensaveis em *hum estabelecimento desta natureza*, e que no logar que havia servido de catacumba aos Religiosos do Carmo se podia fazer huma mais propria e decente accomodação para *a dita livraria*: hei por bem, revogando o mencionado Real Decreto de 27 de Junho, determinar que nas ditas catacumbas se erija e accomode *a minha Real Bibliotheca* e instrumentos de physica e mathematica, fazendo-se á custa da Real Fazenda toda despeza conducente ao arranjamento e manutenção do *referido estabelecimento*. O Conde de Aguiar, do Conselho de Estado, Presidente do Real Erario, o tenha assim entendido e faça executar por este Decreto sómente, sem embargo de quaesquer leis, regimentos ou disposições em contrario. – Palacio do Rio de Janeiro, em 29 de Outubro de 1810. – Com a rubrica do Principe Regente Nosso Senhor. (grifos meus)

A cena enunciativa divide o Locutor, representação da origem do dizer (cf. GUIMARÃES, 2005), num locutor-príncipe-regente que está socialmente autorizado a enunciar a Real Biblioteca como “a minha Real Biblioteca”. Essa expressão se articula com os “instrumentos de phisica e mathematica” que, juntos, são predicados como “vindos ultimamente de Lisboa”. Na sequência, a mesma expressão é reescrita por substituição em “a dita livraria”, “um estabelecimento *desta natureza*” e “o *referido* estabelecimento”. Pergunto, diante do movimento de reescritura dessas articulações, o que as palavras que compõem a expressão “a minha real biblioteca” predicam umas sobre as outras?

A justaposição entre *minha* e *real* joga com o fato de que quem toma a palavra é o representante máximo da realeza, o que produz uma redundância entre *minha* e *real*: *real* diz que a biblioteca é do rei/da realeza e *minha* que ela pertence ao rei D. João VI (e não a outro). Esse sentido fica reafirmado/justificado pela elipse de que, assim como a biblioteca e os instrumentos de física e matemática, o rei também veio de Lisboa.

Apesar da coincidência geográfica, os limites entre a colônia e a metrópole continuam bem determinados pelo lugar do dizer do rei.

Em 1825, ano da assinatura do Tratado de Paz e Amizade, em que D. João VI reconhece a Independência do Brasil, a Real Biblioteca passa a se chamar Biblioteca Imperial e Pública da Corte. E não é só o nome da Biblioteca que se altera nesse período: de *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves* (1815–1825), o Brasil passa a ser *Império do Brasil* (1822–1889). Essas diferentes *identificações* do Estado no nome da biblioteca, enunciadas também na alteração do nome oficial do país, produzem um imaginário de ruptura em relação ao período colonial.

Do ponto de vista teórico, é importante explicitar esse funcionamento de identificação do nome com relação ao referente. Guimarães (2005), retomando Rancière, diz que é preciso deixar claro que a identificação se faz pela inserção do nome em uma classe determinada, entre outras possibilidades predicativas, produzindo determinados efeitos e que o nome não simplesmente introduz um elemento na classe a que pertence *a priori*, mas ele produz a relação de identificação deste nome e do objeto que ele refere como pertencentes a certa classe, o que não é a única maneira de identificar o referente.

Esse novo nome da Biblioteca pode ser descrito sintaticamente como formado por um nome classificador (Biblioteca) + um caracterizador adjetivo (Imperial) + conjunção (*e*) + um caracterizador adjetivo (Pública) + preposição (*da*) + um nome caracterizador (Corte). A série caracterizadora ‘Imperial e Pública da Corte’ determina o (novo) sentido do classificador *biblioteca*. O que a conjunção *e* significa nessa determinação? Qual é a relação de *Imperial e Pública* com *da Corte*? Vejamos: *imperial e pública* se articulam com *biblioteca*, enquanto a conjunção *e* acumula qualificações que funcionam pela articulação a uma coletividade determinada: a corte. No desliz de *real* para *imperial e pública da corte* a biblioteca pertence agora ao Império, não mais ao rei, porém é enunciada como *pública*. No entanto, o uso público continua restrito, já que a coletividade a quem se atribui o pertencimento da biblioteca é *a corte*, que delimita o sentido de *pública* por não incluir todos os súditos do rei, apenas a elite, os nobres.

Ainda no período imperial, por iniciativa do bibliotecário Frei Camillo de Monserrat, a Biblioteca muda novamente de endereço: em 1858 vai para a Rua do Passeio ocupando uma “casa solidamente construída, com certa beleza arquitetônica em seu interior e que então oferecia as condições de largueza necessárias para receber a Biblioteca” (MELLO, 1897). Ainda

antes da Proclamação da República, no ano de 1876, a nomeação *Biblioteca Nacional do Brasil* é oficializada. A sequência nominal *nacional do Brasil* predica duplamente a biblioteca, afirmando que não é mais a corte a coletividade em questão, mas a nação: o Brasil é enunciado como nação, como povo com identidade própria, e não mais pelo regime de governo: o Império.

Depois de funcionar por quase cinco décadas no mesmo local, o diretor Manuel Cícero Peregrino da Silva expõe em sucessivos relatórios ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores a necessidade de um novo edifício, especialmente construído para abrigar o acervo da BN. As queixas do diretor e as obras de abertura da Avenida Central do Rio de Janeiro são contemporâneas. O novo prédio da Biblioteca, assim como a nova avenida, buscam visibilidade numa cidade em vias de modernização, como podemos observar na argumentação do diretor Peregrino da Silva (1906) quanto ao local de construção das futuras instalações:

Ao grande edificio projectado pelo Sr. General Francisco Marcellino de Sousa Aguiar em satisfação á encommenda que lhe fizestes *não poderia convir o terreno que a tal fim estava destinado*, na esquina da rua Barão de S. Gonçalo, pois pela sua confuguração exigiria que deitasse para esta rua e não para a Avenida Central a fachada principal. Foi assim necessaria a substituição com que concordastes e a que accederam o Sr. Ministro da Industria e o Chefe da Comissão constructora da Avenida, destinando-se á Bibliotheca, d'esta vez definitivamente, *um terreno muito maior*, com cerca de 100 metros de frente por 75 de fundo, situado no ponto em que a Avenida se confunde com o largo fronteiro do Theatro Municipal em contrucção. Parte do terreno ainda tinha que ser conquistado ao morro do Castello como vai sendo, mas não poderia ficar o edificio recuado do alinhamento, como tinha de serm para dar logar á escadaria externa, que na largura commum da Avenida não era permittida pela respectiva comissão. (grifos meus)

Do ponto de vista argumentativo, os trechos sublinhados podem ser parafraaseados como: “o terreno *não convém*, pois a fachada do grande edificio ficará voltada para a *rua Barão de S. Gonçalo*” e “o terreno *convém*, pois a fachada do grande edificio ficará voltada para a *Avenida Central*”. “Voltar-se para a *rua Barão de S. Gonçalo*” orienta para uma conclusão contrária a “voltar-se para a *Avenida Central*”. Há, já no gesto de escrita desses dois logradouros, uma diferença: rua (grafado com minúscula) e Avenida (grafado com maiúscula). Qual seria a normatividade que rege

o sistema ortográfico empregado? Intervém aí o político enquanto divisão sempre desigual do real. A grafia diferente desses nomes classificadores dá pistas de que as condições de enunciação de um novo endereço para a Biblioteca Nacional se inscrevem no dizer de uma enunciação que não está diretamente dita nessa argumentação. A *conveniência* do local para a construção do “grande edifício” é orientada pela *visibilidade* de sua fachada: quanto mais visibilidade, mais conveniente. E qual é o sentido construído para o par *conveniência-visibilidade* nessa enunciação? Podemos dizer que ele está orientado pela mesma argumentação que enuncia a nomeação *Avenida Central*. Para compreender essa relação, passemos a analisar alguns dizeres disponíveis sobre a enunciação da Avenida Central, começando pela ilustração abaixo (BRASIL..., 1980: 176-177), que mostra a cartografia das andanças da Biblioteca pela cidade do Rio de Janeiro:

A representação gráfica do traçado da futura Avenida Central dá visibilidade para as demolições que foram iniciadas pelo governo em 1904, cerca de 600 prédios foram abaixo em um curto período de tempo. Lima Barreto (1956: 106) diz que “de uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na cousa muito de cenografia”. A remodelação do centro da cidade, que visava à higienização e ao embelezamento da então capital brasileira, deixou muitos moradores desabrigados com enormes consequências para a questão habitacional no Rio de Janeiro. A construção da avenida pode ser considerada, na história urbana da cidade, de modo mais amplo, um acontecimento, no sentido que Guimarães (2005: 11) coloca, afirmando que “algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem”.

Para a semântica linguística, interessa analisar as enunciações que instauram este acontecimento arquitetônico, urbanístico, modificando seu sentido na relação com a cidade, como, por exemplo, a nomeação da rua, o decreto que sancionou sua construção, o plano diretor do centro do Rio, as crônicas sobre eventos passados na avenida, etc. O trabalho com esses acontecimentos enunciativos aponta para o fato de que a existência física da avenida não basta, é preciso dizer à cidade o que ela é: a Avenida Central. Este nome, ao estabelecer um presente em que se marca o centro da cidade, projeta um futuro que delinea a relação entre o que é o centro e a periferia. E o que se escolhe, naquele momento, para estar no centro é a Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal, o Museu de Belas Artes, por exemplo.

Fazendo parte dessa cena, o atual prédio da Biblioteca teve sua pedra fundamental lançada em 1905, sendo inaugurado cinco anos depois, em 1910. Lima Barreto publica em 13 de janeiro de 1915 uma crônica a respeito desse novo prédio no *Correio da Noite*¹⁰. Diz ele:

Pouco freqüente a *Biblioteca Nacional*, sobretudo depois que se mudou para a *Avenida* e ocupou um *palácio americano*. [...] O *Estado* tem curiosas concepções, e esta, de abrigar uma *casa de instrução*, destinada aos *pobres-diabos*, em um *palácio intimidador*, é das mais curiosas. [...] como é que o Estado quer que os *mal vestidos*, os *tristes*, os que não têm livros caros, os *maltrapilhos* ‘fazedores de diamantes’ avancem por *escadarias suntuosas*, para consultar uma *obra rara*, com cujo manuseio, num *dizer, aí das ruas*, têm a sensação de estar pregando à mulher do seu amor? (1953, grifos meus)

O locutor-cronista enuncia nesse recorte a disputa de sentidos travada com a mudança da Biblioteca para a Avenida Central. O lugar de dizer dessa cena enunciativa é um enunciador-individual representado através da divisão do Locutor em um locutor-cronista que tende a ocupar uma posição popular em contraposição a uma posição oficial. Vejamos os diversos modos de redizer o dito nesse confronto: *A Biblioteca*, dita primeiramente no título, é reescrita por expansão em *Biblioteca Nacional*, mais adiante, é reescrita por definição em *casa de instrução*. Precisa-se aí o sentido de *biblioteca* através da remissão à palavra *instrução*, que, por sua vez, recorta memoráveis como educação, ensino, saber. É por esse viés de significação que o presente da enunciação projeta o antagonismo dos sentidos em disputa.

Em “Avenida”, “palácio *americano*”, “o Estado”, “palácio *intimidador*”, “*escadarias suntuosas*”, “*obra rara*” o locutor-cronista significa as novas instalações da biblioteca como um dizer oficial/dominante que está em contraposição com “*pobres-diabos*”, “*mal vestidos*”, “*tristes*”, “os que não têm livros caros”, “*maltrapilhos* ‘fazedores de diamantes’”, “*dizer, aí das ruas*”. Nesta série fala um locutor-popular que não se identifica com as predicções atribuídas como dominantes pelo cronista. O sentido de *casa de instrução*, dito como uma definição (entre outras possíveis) para a Biblioteca Nacional, busca significar o lugar do locutor-popular pelo

¹⁰ A crônica “A Biblioteca” compõe a coletânea *Marginália* publicada pela Editora Brasiliense em 1953.

discurso da educação pública, universal e gratuita. Projeta-se no sentido de Biblioteca Nacional aquilo que o locutor-cronista considera que, em acordo com a qualificação *nacional*, ela deveria ser, mas não é. Enquanto o lugar de enunciação predicado como oficial, representando um dizer elitista, estende seus atributos para a significação da Biblioteca Nacional, determinando assim o modo como ela significa o locutor-popular enquanto (im)possível leitor.

Em 1912, com a morte do Barão de Rio Branco, a avenida muda de nome para homenageá-lo. Isso significa fundamentalmente uma mudança naquilo que a avenida rememora: não é mais diretamente a relação física entre centro e periferia, mas a história política da cidade, sua importância como centro político nacional, pela rememoração de um eminente político e diplomata brasileiro que participou da construção da república. O centro já não é nem local, nem arquitetônico: esse novo nome projeta a cidade dentro do Estado Nacional como um centro que não é físico, mas político. Político no sentido de participante do poder, da governança e também no sentido que Guimarães (2005) atribui a político, como sendo uma nova contradição entre centro e periferia que se inscreve nos nomes, podendo ser analisada pela mudança da determinação do localizador *avenida de Central* para *Rio Branco*.

Linguisticamente, podemos descrever essa mudança como: um nome classificador (*avenida*) articulado sintaticamente com um adjetivo derivado de uma locução adjetiva (*Central* > do centro) passa a ter uma ligação com seu caracterizador não mais diretamente marcada pela preposição (*avenida Rio Branco*). Está funcionando aí a passagem, da qual nos fala Bosredon (1999), de uma sinalética “motivada” por um traço semântico (pensemos na possibilidade de paráfrases como “a avenida que fica no centro”, “a avenida mais importante da cidade”) para um gesto que, fundamentado na homenagem, assume somente uma das funções das relações denominativas: a de diferenciar um objeto de outro, particularizando-o. Dito de outro modo, há uma diferença entre uma rua se chamar x porque tem (ou teve) as características de x e se chamar y meramente para diferenciá-la de z.

Para uma semântica histórica da enunciação, a questão se coloca de outro modo. Primeiramente, a ideia de motivação semântica é uma forma de apagar a historicidade dos gestos de nomeação. No caso do nome em análise, a centralidade da avenida não é necessariamente um dado, é uma construção do que é o centro no Rio de Janeiro nesse momento de sua urbanização. O que hoje é centro estava, naquele tempo, sendo definido

politicamente pelos gestos de nomeação. Neste sentido, nomear a avenida de Avenida Central é apontar para os sujeitos onde está o centro, produzindo sua identificação para moradores e passantes na cidade.

Um segundo ponto que merece discussão é o fato de podermos tomar a homenagem como mais do que um gesto de diferenciação entre a rua x e a rua z. A homenagem é parte da construção de uma memória para a cidade a partir de cidadãos considerados ilustres – nesse caso, um homem político nascido no Rio de Janeiro e de expressão nacional, que representa tanto a cidade quanto o país em suas relações diplomáticas. Seu nome deslocado para nomear a Avenida projeta a cidade como centro do país, como geradora de homens públicos eminentes. Note-se que este tipo de nomeação produz uma diferença entre os cidadãos – aqueles que merecem dar nome aos espaços públicos e os outros, e esta seleção de quem pode dar nome projeta sentidos específicos, como vemos neste caso.

Portanto, enquanto relação de linguagem, a nomeação é sempre uma construção de sentido que *identifica* objetos para os sujeitos. Guimarães salienta que só é possível particularizar, referir, diferenciar porque as palavras designam, isto é, significam o real historicamente no acontecimento da enunciação (2007: 82). Independentemente de haver ou não uma relação empiricamente motivada entre a avenida e o Barão de Rio Branco ou entre a avenida e o fato de ela ser central, essa, para nós que trabalhamos com a história, não é a forma mais produtiva de abordar a questão. Interessa notar que as nomeações *avenida Central* e *avenida Rio Branco* são eficazes no gesto de produzir memoráveis de grandeza e heroísmo, referências que se projetam no cotidiano da cidade construindo o sentido do cidadão nacional brasileiro. Como a relação entre linguagem e mundo não é transparente, a avenida pode até ter ficado arquitetonicamente a mesma no momento dessa mudança de nome, mas são esses nomes que projetam linguisticamente diferentes sentidos para ela e para os sujeitos. Temos um imaginário de nacionalidade sendo construído *com* essas projeções que vão revelando o modo como o Brasil significa e legitima seu próprio acontecimento enquanto unidade imaginária.

NOMEAR O ESPAÇO

Na trajetória de análise dos três nomes propostos nos deparamos com *corpora* diversos que contavam uma determinada história dos nomes das instituições e das ruas em questão. As mudanças na nomeação apontaram que há também uma movimentação nos memoráveis desses nomes: ao

nomear diferente, recorta-se o mundo de outra maneira. De forma geral, podemos notar que a questão do sentido é sempre histórica, isto é, o sentido de um nome nunca se fecha, ele está exposto às enunciações que o precederam/inauguraram e àquelas que estão por vir. As formas linguísticas dos nomes de prédios e ruas tomam seus sentidos dos acontecimentos enunciativos que as engendram, dividindo e redividindo o real pelo efeito de identificação que a designação constrói. Isso significa que uma expressão linguística não se relaciona de modo inequívoco com sua referência, mas que a própria possibilidade da referência é uma construção do dizer que não está fora da história. A referência, enquanto processo de identificação, é parte da designação de um nome, parte do movimento de significação do real pela linguagem e pela história. Para melhor compreender esse processo, percorreremos sucintamente os resultados de cada análise.

A aparente estabilidade do nome das Igrejas de São Francisco e da Ordem Terceira de São Francisco confirma a eficácia da projeção de sentidos religiosos/colonizadores europeus no espaço urbano brasileiro. O fato de haver uma convivência cotidiana entre diferentes formas de nomear o espaço urbano adjacente às igrejas e, nessa variação, uma insistência na demarcação (através dos próprios nomes) da fronteira entre a rua da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco e a rua da Igreja de São Francisco, reafirma a permanência, em território brasileiro, da história europeia de hierarquia e separação das ordens religiosas primeiras frente às terceiras. Essa estrutura de pensamento, de concepção de mundo, apoiada no catolicismo, está marcada no espaço urbano brasileiro quando notamos a permanência dos memoráveis colonizadores franciscanos (ditos nos nomes e também nas opulentas formas arquitetônicas dessas igrejas) na enunciação desse espaço enquanto “Centro Histórico”. O dizer da preservação é orientado pelo memorável da colonização (da riqueza cultural que ela nos legou) que se confronta com dizeres eminentemente brasileiros (mas que não deixam de ser heranças coloniais), como, por exemplo, a história de resistência dos escravos negros castigados no pelourinho ou o dia-a-dia das crianças de rua que atualmente pedem esmola na rua da igreja...

O nome *Culto à Ciência* tem sua história de enunciação cunhada num preceito positivista francês, que é reapropriado pela associação científica que funda o colégio no espaço brasileiro. Tanto a instituição escolar quanto a rua que a localiza recebem seu nome por decalque do modo brasileiro de significar o positivismo. Vimos que há uma apropriação dos discursos positivista e religioso pela Associação e assim a *ciência* é associada à

crença. A expressão que nomeia o prédio, depois a rua, vem desse outro lugar e, por alusão, o sentido de *culto à ciência* (que não era inicialmente um nome) vem junto. É assim que, transformado em nome, esse sintagma re-divide o real e funda a relação entre a nomeação do espaço urbano e a constituição do cidadão e da nacionalidade. Nessa história, a passagem da nomeação hipotática *rua do colégio* para a parataxe *rua culto à ciência* marca a transferência de uma relação indireta com a instituição escolar para uma remissão explícita ao lema positivista. Esse lema é estendido não só ao colégio, mas à cidade enquanto parte de um imaginário nacional que cultua a ciência. A nomeação da rua inscreve o colégio e sua memória de sentidos no espaço público da cidade.

Da última análise retomaremos o modo como o lugar do povo foi sendo significado nas nomeações da Biblioteca. No momento do Brasil Colônia, a posse da biblioteca é atribuída diretamente ao rei (Real Biblioteca). Na época do Império do Brasil, a enunciação da *biblioteca imperial* como sendo também *pública*, mas *da corte*, demarca uma divisão nos súditos do rei, deixando de dizer o lugar do povo nesse pertencimento. Quando o Brasil está em vias de se tornar uma República, a nova mudança no nome da instituição já projeta a constituição da nação e do povo brasileiros pela dupla qualificação da biblioteca *nacional do Brasil*; o Brasil é enunciado como nação e o povo é impelido para o lugar de cidadão brasileiro. No entanto, no momento em que a Biblioteca projeta um nome mais democrático, a construção do novo prédio, na enunciação de um locutor-cronista da época, a significa como elitista, contrariando o que deveria ser, no seu entendimento, o papel de tal biblioteca. A análise da espacialização do prédio da instituição aponta para um “centro” da capital do país sendo construído pela e para as elites, com construções luxuosas, das quais são parte fundamental a Biblioteca Nacional, o Teatro Municipal e o Museu de Belas Artes. Os diferentes nomes da Biblioteca e das ruas pelas quais ela passou fazem parte do modo como o espaço da cidade é apropriado pela língua para a construção da história urbana e política do Rio de Janeiro e da ideia de nação que ali estava sendo construída para o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, C. M.; PINTO, M. N. *Culto à Ciência – cento e treze anos a serviço da cultura*. Campinas: Gráfica Tecla Tipo, 1986.

BARRETO, L. (1915). A Biblioteca. In: BARRETO, L. *Marginália*. São Paulo: Brasiliense, 1953.

BARRETO, L. (1923). Os Bruzundangas. In: BARRETO, L. *Obras de Lima Barreto*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BONVICINO, R. *Céu-eclipse: poema-idéia*. São Paulo: Editora 34, 1999.

BOSREDON, B. Uma balada em toponímia: da Rua Descartes à Rua de Rennes. *Revista Língua e Instrumentos Lingüísticos*, Campinas: Pontes, n. 3, 1999.

BRASIL 1900-1910. Coleção Rodolfo Garcia, apresentação Plínio Doyle. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980. v. 2.

CASIMIRO, A. P. A estética dos irmãos terceiros franciscanos da Bahia colonial. In: FLEXOR, M. H. (Org.). *A arte no mundo português dos séculos XVI ao XIX: confrontos, permanências, mutações*. Atas do IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, Salvador, 2000.

DECRETO [de 29 de outubro de 1810]. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 223, 1897.

GUILLAUMOU, J.; MALDIDIER, D. (1986). Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da História. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GUIMARÃES, E. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.; MOLLICA, M. C. (Org.). *A palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes e RG, 2007.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2005

JABOATÃO, A. (1761). *Novo orbe seráfico brasílico ou Crônica dos frades menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB, 1858. 2 v.

JOÃO DO RIO (1908). *A alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LISBOA, J. M. (Org.). *Almanaque de Campinas*. Campinas: Tipografia da Gazeta de Campinas, 1878.

LIVRO do centenário da Câmara dos Deputados (1826–1926). Rio de Janeiro: Empresa Brasil Editora, 1926.

MELLO, J. A. Resumo histórico. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 19, 1897.

MEMÓRIAS da Associação 'Culto à Ciência'. Campinas: Associação Culto à Ciência, 10 maio 1859.

MORAES, C. S. V. A Sociedade Culto à Ciência de Campinas e o projeto republicano de educação: uma leitura a partir dos estatutos, regulamentos e programas de ensino da instituição escolar (1869–1896). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UCG, 2006.

OTT, Fr. F. Livro dos guardiães do Convento de São Francisco da Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, n. 69, 1943.

PÊCHEUX, M. (1982). Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PEREGRINO DA SILVA, M. C. A Biblioteca em 1905: relatório apresentado ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 28, 1906.

PUPO, B. As várias denominações do Culto à Ciência. *Correio Popular*, Campinas, 20 abr. 1972.

SOUZA, G. S. (1587). Tratado descritivo do Brasil. *Revista do Instituto Histórico do Brasil*, Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851.